



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO.

Maria Virginia dos Santos Souza

Universidade Estadual da Paraíba, professoravirginiasouza@gmail.com

Resumo: Este artigo trata de analisar através da fala de um aluno da Educação de Jovens e Adultos as mudanças de vida adquiridas e conquistadas por meio da alfabetização e do letramento na perspectiva de educação como transformação com o fato do indivíduo buscar novas alternativas de vida levando-o a transformar sua realidade, tornando-se um ser mais autônomo, mais “vivo”. Foi analisada trechos de uma entrevista com o referido aluno, na qual foram explicitados os motivos que o levou a abandonar os estudos; a opinião do aluno sobre a escola e o sentimento do aluno quanto a importância da educação para o ser humano; as pequenas conquistas que vem tendo ao longo do processo de letramento; e suas experiências com leitura. Analisamos também documentos oficiais que nos situam quanto ao direito à educação para qualquer cidadão brasileiro com ênfase na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade vem sendo motivo de inquietações entre pesquisadores no âmbito acadêmico e profissional quanto a configuração e consolidação como programa eficaz na sociedade que tenta reconhecer as especificidades deste público. Para que haja esse reconhecimento é preciso levar em consideração o contexto histórico e trajetória de vida dos alunos da EJA. Na tentativa de exemplificar a educação como fator para transformação do indivíduo e tendo em mente a mudança que a educação pode proporcionar a um jovem ou um adulto que volta a estudar, temos como objetivo identificar as novas perspectivas de vida para um estudante da EJA, através de seu relato de experiência.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Experiência, Perspectivas, Transformação.

Introdução

Ao estudar a Educação de Jovens e Adultos como uma oportunidade para mudar a realidade do alfabetizando, será enfatizado a importância dos estudos para um aluno desta modalidade de ensino. Entende-se que é a partir da trajetória de vida do aluno que deve se desenvolver as aulas da EJA e para isto é importante que se leve em consideração o que os documentos oficiais – LDB e PCN – prescrevem e quais direitos são atribuídos para este aluno. A modalidade de EJA recebeu várias modificações ao longo da história da educação no Brasil e é colocada como direito na LDB nº 9394/96, como poderemos perceber no decorrer deste artigo.



Este trabalho relata as transformações vividas por um aluno de EJA ao longo da sua trajetória e analisa através de suas falas, motivos que o levou a abandonar os estudos, sua opinião sobre a educação e suas conquistas ao voltar a estudar, sabendo que este era um reinício de sua trajetória escolar.

Tendo em vista a educação como fator para transformação do indivíduo, os principais objetivos deste artigo é refletir sobre o posicionamento dos documentos oficiais quanto a modalidade da EJA; quais motivos tiraram o aluno da escola, quando criança; e identificar as novas perspectivas de vida para este estudante após o reinício dos estudos.

Metodologia

Por se tratar de uma análise das novas perspectivas de vida de uma aluno da EJA, o desenvolvimento deste artigo foi realizado a partir do estudo feito dos documentos prescritivos e de uma análise da entrevista que ocorreu no dia 24 de março de 2016 com este aluno. Escolhemos a entrevista como instrumento de pesquisa por “ser um gênero que permite a construção de identidades através da interação comunicativa” (MEDRADO, 2007, p744 *apud* FERREIRA, 2010). A pesquisa foi pensada a partir do estudo da Alfabetização e letramento em Educação de Jovens e Adultos do Curso de extensão na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. A metodologia utilizada foi análise de entrevista e de documentos oficiais, juntamente com artigos científicos referentes a Educação de Jovens e Adultos.

Resultados e discussão

❖ A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Tudo se iniciou no período colonial com o ensino dos jesuítas que tinha por objetivo alfabetizar para propagar a fé cristã entre os nativos. A metodologia jesuítica permaneceu até o período pombalino com a expulsão dos Jesuítas em 1759. O Marquês de Pombal, posteriormente organizou as escolas de acordo com os interesses do Estado. Após a Proclamação da Independência no Brasil foi criada a primeira constituição que dizia no Art. 179, que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”, porém os pobres ainda



não tinham acesso a escola. Já a Constituição de 1937 fazia-nos entender que era melhor capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias – através do ensino profissionalizante.

Paulo Freire, que foi um dos precursores da alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, objetivava uma educação libertadora que levasse em conta a realidade, a vivência dos educandos. Essa ideia se confirma quando diz que “não somos apenas objetos da história, da cultura, da política, constatamos não para nos adaptarmos, mas para mudarmos”.

Os movimentos educacionais para a alfabetização da população na Campanha Nacional de 1947 a 1963 propunha que a alfabetização ocorresse em um período de três meses. Essa meta era praticamente impossível já que haviam 56% de analfabetos da população brasileira, afirmam Galvão e Soares (2007). Continuam ressaltando que nos anos 50, diversas outras campanhas foram criadas mas não se concretizaram. Como a Campanha Nacional da Educação Rural (1950) e a Campanha Nacional de Erradicação do analfabetismo (1958), entre outros.

Até que em 1967 (período do regime militar) criaram o MOBRAL- Movimento Brasileiro de alfabetização. Era um programa que recrutava alfabetizadores sem muita exigência, bastava saber ler e escrever para ensinar. Muitos analfabetos aprenderam a “desenhar o nome”, até que o programa foi extinto em 1985, dando lugar a Fundação EDUCAR, que estava ligada ao Ministério da Educação, mas também foi extinta no governo de Fernando Collor. Este não propôs nenhum outro programa que substituísse a Fundação EDUCAR.

Contraditoriamente, no mesmo período foi promulgada Constituição de 1988, que estendeu o direito à educação aos que ainda não haviam frequentado ou concluído o ensino fundamental, o que englobava também os jovens e adultos que haviam evadido a escola.

Surgiram outros movimentos na década de 90, como o MOVA – Movimento de Alfabetização e o PAS – Programa de Alfabetização Solidária. Estes também não obtiveram resultados significativos.

O programa mais atual dessa modalidade de ensino chama-se Brasil Alfabetizado com a concepção que em seis meses é possível alfabetizar um adulto. Apesar de ter concepções parecidas com os primeiros movimentos educacionais no Brasil, este ainda tem sido colocado como prioridade para o Governo Federal.



O que podemos perceber é que ao longo da história da alfabetização de jovens e adultos há lacunas de continuidade, que são responsáveis pelo alto índice de analfabetos e semianalfabetos no país, atualmente. Como podemos constatar no seguinte trecho:

(...) muitas ações foram pensadas em forma de campanha, não houve, de modo geral, uma preocupação com a continuidade dos estudos após a aprendizagem inicial da leitura e da escrita. Sabemos, hoje, que se não se usa efetivamente o ler e o escrever, corre-se o risco de, em pouco tempo “desaprender o que já se aprendeu”.
(Galvão e Soares, 2007, p. 54)

❖ A LDB nº 9394/96

Este documento que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, foi criado em 20 de dezembro de 1996, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e se encontra dividido da seguinte forma:

- ❖ Título I: Da Educação;
- ❖ Título II: Dos princípios e fins da Educação Nacional;
- ❖ Título III: Do direito à Educação e do Dever de Educar;
- ❖ Título IV: Da organização da Educação Nacional;
- ❖ Título V: Dos níveis e das modalidades de Educação e Ensino;
- ❖ Título VI: Dos Profissionais da Educação;
- ❖ Título VII: Dos Recursos Financeiros;
- ❖ Título VIII: Das Disposições Gerais;
- ❖ Título IX: Das Disposições Transitórias.

Analisaremos no Título V, o capítulo II, seção V, que diz respeito a Educação de Jovens e Adultos. Vejamos:

Art. 37. A educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.



§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão curso e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão

- I- No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos.
- II- No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão oferecidos e reconhecidos mediante exames.

Como podemos ver todo cidadão brasileiro tem direito a educação garantida por lei. Educação essa, humanizadora, que o insira novamente no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Para isto, o Estado deve garantir todos os subsídios necessários para que o indivíduo que volte a estudar, continue frequentando as aulas e se torne um ser motivado, consciente e descobridor de novas oportunidades.

O ensino na modalidade da EJA deve ser diferenciado, levando em consideração o contexto de vida do trabalhador, como também afirma ARROYO (2007, p. 22):

A Educação de Jovens e Adultos tem de partir, para a sua configuração como um campo específico, da especificidade desse tempos de vida – juventude e vida adulta- e da especificidade dos sujeitos concretos, históricos que vivenciam esses tempos. Tem de partir das formas concretas de viver sem direitos e da maneira peculiar de viver seu direito à educação, ao conhecimento, à cultura, à memória, à identidade, à formação e ao desenvolvimento pleno. (LDB, nº9394/96, art 1º e 2º *apud* Arroyo).

Arroyo também nos traz a questão dos jovens e adultos como protagonistas da própria história, quando fala que devemos levar em consideração a trajetória de vida desses indivíduos, as dificuldades que passaram e sua história escolar truncada. Deve-se entender que esses fatos negativos servem como “bagagem” mental, ética, cultural, identitária, social e política. Que esse acúmulo de aprendizagem deve ser valorizado e utilizado nas aulas da EJA, como ainda afirma:



Desde que EJA é EJA esses jovens e adultos são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros (...) Trata-se de trajetórias coletivas de negação de direitos, de exclusão e marginalização; conseqüentemente a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos de coletivos sociais, historicamente negados (Arroyo, 2007, p. 29)

Podemos concluir que é preciso ênfase a positividade que cada jovem e adulto traz em sua trajetória, contribuindo com saberes essenciais para uma aula produtiva e motivadora.

❖ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da EJA: 1º segmento

Na justificativa da proposta curricular dos PCNs da EJA é reafirmado o que viemos abordando até este momento, ressaltando que se deve levar em conta o conhecimento de mundo do educando, quando cita que “o ideário da Educação Popular destaca o valor educativo do diálogo e da participação, a consideração do educando como sujeito portador de saberes que devem ser reconhecidos.” (p. 13)

Há uma preocupação por parte dos idealizadores dos PCNs da EJA com a adequação dos programas de currículos às necessidades e interesses dos jovens e adultos. O professor deve valorizar o que o aluno traz de conhecimento para a sala de aula. Vemos ainda que os jovens e adultos já possuem alguns conhecimentos sobre o mundo letrado, que adquiriram em breves passagens pela escola ou na realização de atividades cotidianas (PCN, p.41). Como também afirma Freire (2016):

(...) não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte da compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo *leitura do mundo*, que precede sempre a *leitura da palavra*. (grifos do autor)

Em consonância com nosso objetivo de pesquisa, os PCNs mostram os estudos como motivação “para conseguir um emprego melhor, para entender melhor as coisas, se expressar melhor, de ser gente, de não depender dos outros”. (p. 42)

❖ Análise da entrevista



Alfabetizar é a construção de uma perspectiva de mudança. Essa mudança se dá no fato do indivíduo, através da aprendizagem, transformar sua realidade tornando-se um ser mais autônomo, mais independente. Já dizia o ditado popular: “quem não sabe ler é cego”. O indivíduo que não é alfabetizado tem muito mais dificuldades para enfrentar os desafios que o rodeia diariamente, como podemos ver nesse trecho da entrevista:

“(…) pá você vê... hoje/ se vê um caba ignorante, pode ir atraí que ele é analfabeto/ que num sabe de NADA.[...] Depôí que cê começa aprendê alguma coisa:: toda praça que você passa/você lê... Uma praça dum carro cê sabe donde é... Tá entendendo? Vem um ôimbu cê sabe pônd’ele vai/ [...] passa uma coisa na televisão você vê ali:: já sabe o que é:::”

Para alguém recentemente alfabetizado, a possibilidade de (re)conhecer o mundo que vive é uma experiência surpreendente. Há realmente, um sentimento de libertação, de transformação. Como podemos observar a importância que se dá à educação, na fala do entrevistado:

“É:: é :: Educação, né! É a coisa mais importante do ser humano se chama Educação/estudo.”

Essa conclusão se deu pelo fato de ter aprendido pequenas palavras e reconhecer que alguém sem educação é um ser incompleto.

Em outro momento da pesquisa foi questionado o porquê de o entrevistado ter interrompido os estudos, vejamos sua resposta:

“Eu num tive infância não. Era só trabalho mermo/ Estudo num tinha...Eu num ia pa escola né:: mé que eu ia? Só trabaiano.

(...) Num tinha tempo! Eu vim estudar depôí que casei (...)”

Assim como a realidade de muitos jovens brasileiros, carentes, que tiveram que abandonar a escola para “ajudar” em casa ou trabalhar precocemente para complementar a renda familiar, o entrevistado, demonstra que sua história escolar truncada não pode ser desenvolvida, pois assumiu muitas responsabilidades profissionais na infância. Como ele mesmo disse, não teve infância, não usufruiu de seus direitos educacionais garantidos na Constituição de 1988, que deveria garantir o direito a escola para todos.



O entrevistado expõe ainda que não aprendeu praticamente nada, pois com 7 ou 8 anos já trabalhava. No entanto, ao passar por duas experiências no programa Brasil Alfabetizado, aprendeu muitas coisas úteis, como percebemos no parâmetro feito sobre a situação de ter conquistado a carteira nacional de habilitação, e depois que aprendeu a ler, como ele percebe a transformação de vida a partir dessa situação.

“Aprendi alguma coisa/já vale a pena né? É::: hoje mesmo, cando eu fui trocar minha habilitação já foi um amô! Foi bom demais. Já foi mais fácil! Quando eu tirei a primeira vêiz, fiz todas as provas né? Só que era no tempo que passava a mão na cabeça módi dinheiro/pronto! Foi fácil. Agora já foi ruim, viu? Quando eu fui trocar agora. Mai como eu já tinha uma leiturinha/já sabia uma coisinha e ôta/ já deu milho/ Se Deus quiser, quando for em 2020 que eu for renova de novo vô tá bem milho. Que com certeza/ qui pra lá vai ter muita coisa viu? Graças a Deus!”

Podemos perceber nesse trecho, uma nova perspectiva com relação as conquistas que futuramente conseguirá através da educação, além da pretensão de querer aprender cada vez mais.

Questionei, posteriormente, sobre as experiências do entrevistado com a leitura e este respondeu que lê com grande frequência com os filhos, ajudando-os com as tarefas de casa, além de analisar o livro didático dos filhos, como um instrumento para própria leitura.

Como observamos a seguir:

“Eu leio de tudo que eu vejo, sabe? Aqueles nome que eu conheço... Eu resovo tudo! Pego os livros dus mininos aqui/nói lê todim aqui sentado. É: Nóis pega uns nomezim aí/ eles tem uns livro bom de aprendê. Aí nós lê aqui.”

O aluno opina sobre sua experiência, explicitando sua vontade de ler cada vez mais.

Além da leitura, relata que aprendeu a fazer o nome completo e que quando é realizada a atividade de “ditados”, acertava todas as palavras. Vejamos:

“Escrevo meu nome... Nói já fêi munto ditado no colégio/ Eu sempre acertava tudo. Eu quero esse ano, né? Que nói vai começar. Quando terminar esse ano, quero meremo vê como é que nós tomos. E eu num quero falhá um dia!”



Percebemos então a importância da escola como auxiliadora no desenvolvimento da leitura e escrita, mas também que garanta o descobrimento dos ganhos e prazeres que se pode experimentar quando o aprendizado do sistema de escrita é vivido como um meio para, autonomamente, exercer a leitura e a escrita dos cidadãos letrados, como afirma Moraes e Albuquerque (2010, p. 73).

Conclusão

Ao longo dos anos, o Ensino de Jovens e Adultos vem passando por diversas mudanças. Houve muitas tentativas de investimento por parte do governo nessa modalidade, porém nenhum com continuidade. O objetivo da EJA, de alfabetizar quem, por algum motivo de sua trajetória de vida, não deu sequência a educação escolar na infância, não é algo fácil de ser alcançado.

Para tanto, diretrizes e propostas curriculares foram criadas, mas ainda assim, há um alto índice de analfabetismo no Brasil.

No entanto, como afirma Paulo Freire, em uma de suas célebres frases: “Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”.

Por isso decidimos refletir sobre a mudança de vida alcançada através da reinserção de um indivíduo no mundo escolar e explicitar as conquistas e perspectivas esperadas por esse aluno, no decorrer de sua vida.

Neste artigo objetivamos refletir sobre o posicionamento dos documentos oficiais quanto a modalidade da EJA; quais motivos tiraram o aluno da escola, quando criança; e identificar as novas perspectivas de vida para este estudante após o reinício dos estudos. Portanto, como respostas aos nossos objetivos, concluímos que:

- Os documentos oficiais propõem uma educação humanizadora para o público da EJA, ou seja, uma educação que valorize o conhecimento de mundo do aluno, que o torne um ser reflexivo e que tenha um novo olhar sob a positividade de sua trajetória de vida;
- O entrevistado abandonou os estudos porque teve que trabalhar desde muito cedo e para ele, não sobrava tempo para estudar;
- Ele vê a educação como a coisa mais importante do ser humano e que é só pela educação que se pode mudar a própria realidade.



Só a educação transforma o indivíduo; só por ela mudamos nossa realidade. Só com ela nos tornamos e reconhecemos que somos cidadãos dotados de direitos garantidos por lei. Logo, ter acesso a escolarização, seja qual for a idade ou nível, é um direito de todos.

Referências

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In: Diálogos da educação de jovens e adultos*. Org. Leôncio Soares, Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti, Nilma Lino Gomes – 2 ed, 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. Diário oficial da União. 20/12/1996.

FERREIRA, Telma Sueli Farias. Representações docentes sobre a prescrição do projeto pedagógico. *In: MEDRADO, Betânia Passos; PÉREZ, Mariana*. Campina Grande, 2011, p. 97-127.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 53º ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 148 p.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. *In: A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento/ Eliana Borges Correia de Albuquerque e Telma Ferraz Leal – 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.*

MORAIS, Artur Gomes. ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Alfabetização e letramento: O que são? Como se relacionam? Como “alfabetizar letrando”? *In: _____*

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (org.). Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular. 1º segmento. São Paulo; Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239 p.